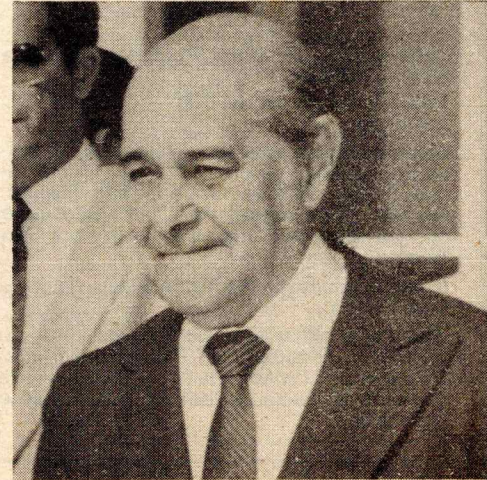
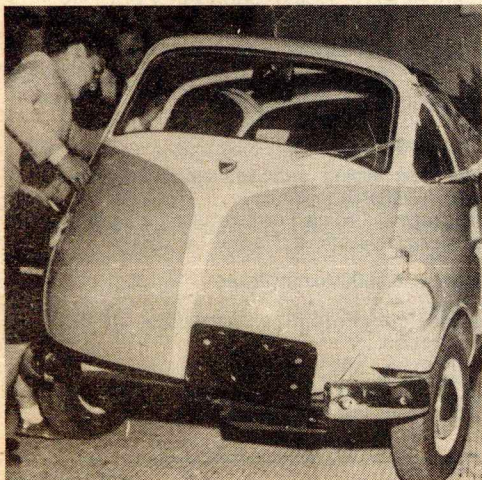
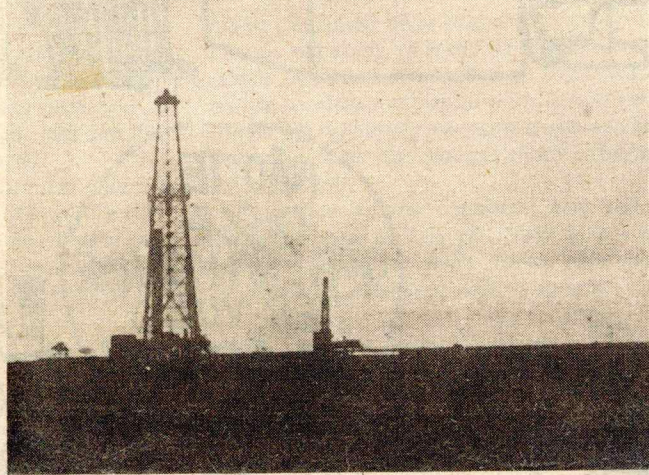
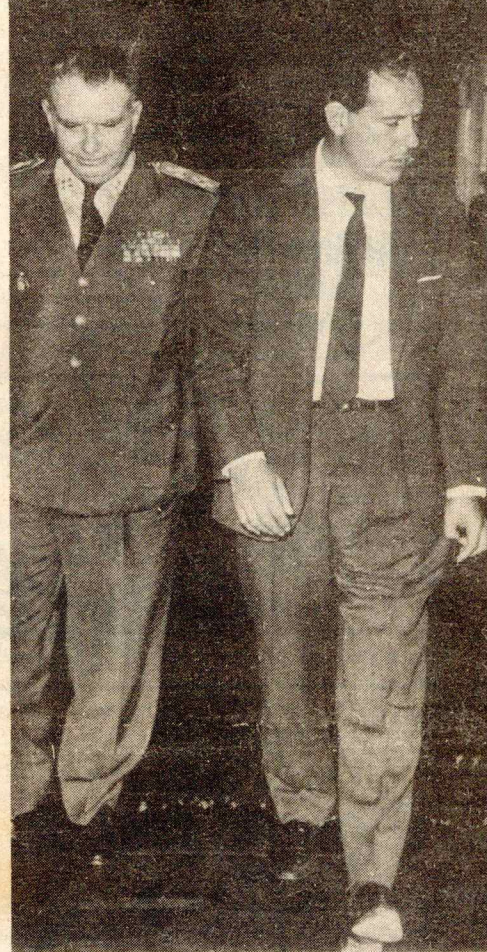


S B

P C

40

anos



Recursos para pesquisa preocupam a atual diretoria

Após ter cumprido seu papel principal, o de reunir os pesquisadores das várias áreas do conhecimento para que pudessem discutir o problema geral do desenvolvimento científico e tecnológico do país, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência inicia uma nova atuação — começa a discutir as grandes questões nacionais, diversificando cada vez mais a temática das reuniões anuais. Dessa maneira, ela poderá ampliar seu campo de atuação, segundo a atual presidente, Carolina Bori, extrapolando os limites da comunidade científica e buscando o apoio da população para desenvolvimento científico e tecnológico do país. É a única maneira, entendem os pesquisadores, de garantir o progresso da ciência e proteger os que com ela trabalham.

O que significa ter mais conhecimento no mundo de hoje? Nas democracias consolidadas se discute a função da ciência, o que deve ser enfatizado nas investigações científicas, porque é importante o desenvolvimento tecnológico e o quanto custa e quais os ônus desse desenvolvimento. A população precisa saber quem vai financiar os trabalhos de pesquisa e quanto isso pode representar em sacrifícios para outros setores. Esse é o papel fundamental a que a SBPC se propõe hoje: envolver, através da informação, a população na busca do progresso científico. Somente dessa maneira, essas mesmas pessoas poderão ser mobilizadas nos momentos difíceis do país.

Passados os principais momentos históricos em que a SBPC se envolveu — a sua fundação no momento de crise da ciência brasileira, a resistência política no período da ditadura militar, a contribuição para estabelecer um plano de governo na área científica e tecnológica para a Nova República e a apresen-



Carolina Bori

SBPC 40 anos

tação de amplas propostas à Constituinte — e apesar das dificuldades que enfrentou durante esses 40 anos, ela alcançou uma elevada posição de destaque. A SBPC é a terceira entidade no mundo, entre suas congêneres, em volume de comunicações científicas publicadas: 47.500, abrangendo todas as áreas do conhecimento. A Sociedade é ainda responsável pela realização de 5.200 eventos científicos dos mais variados tipos e que proporcionam a apresentação de aproximadamente 15 mil estudos.

O que impressionou até mesmo os seus fundadores foi a grande aceitação da ideia da SBPC, não apenas em São Paulo. Já em 1948, assinaram a Ata de Fundação 265 sócios. Logo em seguida veio a adesão maciça

de cientistas dos vários institutos e universidades do país e naturalmente outras entidades de cunho científico vieram ingressar na SBPC. As reuniões anuais da Sociedade acabaram por se tornar uma universidade itinerante, uma universidade que se instala um ano em cada lugar, conforme o professor Wilson Teixeira Beraldo. Para ele, os debates da SBPC são hoje uma espécie de terapia geral para a comunidade científica brasileira.

Essa atividade permitiu colocar o jovem cientista da pós-graduação em contato com os mais experimentados e fazê-lo participar de discussões, prática fundamental em um país em desenvolvimento como o nosso, admite o professor Simão Mathias. Ele é de opinião que ainda há bastante espaço para novos pesquisadores, já que nosso desenvolvimento científico é muito modesto. Proporcionalmente, o que o governo brasileiro gasta em pesquisa científica e tecnológica é mínimo se comparado com outros países. “Cuba, por exemplo, aplica 1% de seu Produto Interno Bruto nessas áreas, enquanto ficamos em apenas 0,4%”.

Se não chega a tão pouco, entretanto, não ultrapassa muito mais que isso, cerca de 0,6%, revela Carolina Bori. “Há uma crise financeira generalizada no país e essa crise está afetando profundamente a área de ciência e tecnologia”, afirma a presidente da SBPC. A preocupação da comunidade científica é maior ainda, quando se descobre que o orçamento federal anual destinado a essa área esgotou-se no primeiro trimestre; a partir de março as verbas das várias agências repassadoras começaram a escassear e a continuidade de vários programas está na dependência de uma suplementação para corrigir a situação.

“As informações que temos são de que o Ministério do Planejamento está atendendo em parte a solicitação de verba para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT; mas não está considerando devidamente a verba referente ao fomento e apoio à pesquisa atendida pelo CNPq.” Para Carolina Bori, isso deixaria de fora uma série de institutos de pesquisas; para pelo menos amenizar a situação, seriam necessários de 6 a 7 bilhões de cruzados, somente para evitar a paralisação de projetos de ponta que estão sendo desenvolvidos em universidades. E isso sem levar em consideração o aporte financeiro para a CAPES-Cordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — na linha de apoio aos cursos de pós-graduação.

Desde que assumiu, o presidente Sarney prometeu à comunidade científica aumentar gradativamente a porcentagem do PIB destinada à ciência e tecnologia para até 2% no final de seu governo. “Embora haja uma disposição da presidência de acompanhar com recursos suficientes o desenvolvimento científico, isto não vem correspondendo aos fatos”, assegura Carolina Bori. Quer por causa da inflação, quer por decisões políticas de outra natureza, os recursos que têm chegado às agências de financiamento de pesquisas são insuficientes. E isso faz com que as perspectivas não sejam boas: se no ano passado foram envolvidos nesses projetos cerca de 100 milhões de dólares, para este ano a previsão é de apenas 80 milhões, trazendo sérios riscos para o desenvolvimento científico e tecnológico: paralisação de projetos e evasão de cientistas das universidades e institutos públicos de pesquisa.

As principais questões propostas para a Constituinte

Acostumada a agir em tudo que se relaciona com o desenvolvimento científico e tecnológico do país — desde a formação de novos cientistas até na conquista de verbas e ampliação de programas específicos — através de debates e divulgação do conhecimento, a SBPC não poderia ficar alheia ao maior acontecimento da sociedade brasileira nesses dois últimos anos: a elaboração de nova Constituição.

Assim, um ano antes da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, a Sociedade criou uma comissão especial para elaborar propostas referentes às suas principais áreas de atuação. Foram selecionados seis assuntos — espaço e território; ciência e tecnologia; educação e instrução; saúde; meio ambiente; e populações indígenas — sobre os quais se fizeram intensos debates até a redação final dos documentos enviados à Constituinte. Paralelamente a esse trabalho, a SBPC iniciava encontros com os ainda candidatos ao Senado e Câmara Federal, os futuros constituintes brasileiros. Já depois de instalados os trabalhos no Congresso Nacional, a entidade formou grupos de pressão dentro da própria Constituinte, além de ter enviado seus representantes para a apresentação das propostas.

Alguns exemplos do intenso trabalho desenvolvido pela Sociedade são as propostas que englobam o material sobre meio ambiente, resultado de contatos com dezenas de sociedades ecológicas; na preparação da reunião anual realizada em 86 em Belo Horizonte, a SBPC conseguiu dialogar com representantes de 70 entidades de ecologia para debater os principais meios de preservação do meio ambiente. Junto com várias sociedades e associações de Antropologia, discutiu o

problema do índio brasileiro, colhendo inclusive a opinião das populações indígenas.

Estudou o problema do espaço aéreo brasileiro, propondo restrições à utilização de satélites estrangeiros, uma vez que o assunto envolve o aspecto do controle tecnológico do país: estão de tal modo sofisticadas as instalações desses satélites que se torna possível visualizar até mesmo o número das placas dos carros que circulam nas ruas de uma cidade. A Sociedade se preocupou também, dentro ainda do tema espaço e território, com a defesa da costa brasileira, sem deixar de salientar a importância de sua utilização de maneira democrática.

À parte o capítulo sobre meio ambiente, aprovado na primeira fase dos trabalhos da Constituinte, a maioria das propostas da SBPC não foi contemplada. Para o filósofo José Artur Gianotti, presidente do Cebrap — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — isso ocorreu porque “houve um descolamento da classe política em relação ao Brasil real e foi o jogo político que deu a feição a essa Constituição. Corremos o grave risco, portanto, de termos uma Constituição que não reflita o Brasil Moderno”.

A partir da ideia de que sem pesquisas básicas não há desenvolvimento tecnológico, a SBPC propôs artigos para a nova Constituição, extremamente significativos, sobre as verbas públicas necessárias para o avanço da ciência e tecnologia nacional.

Sobre o uso pacífico da energia nuclear, para o qual a entidade dedicada ao progresso da ciência fez campanhas de apoio popular do tipo “diga não à bomba atômica”, nada se conseguiu garantir na Carta Magna do país. A SBPC tinha propostas bastante específicas nesse setor, como a criação de um

Conselho Nacional de Radioproteção e Segurança Nuclear, no âmbito da Presidência da República, sem subordinação à Casa Militar e ao Conselho de Segurança Nacional. O que se pretendia era desvincular o programa nuclear brasileiro da área militar. Assim, as propostas referentes a instalação de usinas nucleares, por exemplo, deveriam antes passar

pelo crivo da opinião científica e popular. Isso permitiria que fossem colocados em prática, após a promulgação da Constituição, os resultados de estudos realizados durante sete meses por uma comissão especial da SBPC e que estabelecia princípios bastante claros sobre a posição da sociedade em relação à energia nuclear.

O INÍCIO



A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, nos primeiros anos após sua fundação, funcionou no Instituto de Biociências, junto ao laboratório de Fisiologia Comparada, dirigido pelo professor Paulo Sawaya, o segundo à esquerda. Os funcionários do Instituto ajudavam na organização da SBPC.